



## UM ESTUDO DO CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL-ECONÔMICO DE TERRITÓRIOS RURAIS NA AMAZÔNIA PARAENSE

*Autora<sup>1</sup>: Maria do Socorro Dias Pinheiro.*

*Autor<sup>2</sup>: Carlos Nazareno Ferreira Borges*

*1. Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>, do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Campus Universitário do Tocantins/Cametá - UFPA;*

*2. Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> do Curso de Pedagogia - Instituto de Ciências da Educação – Belém – UFPA.*

### RESUMO:

O tema em tela objetiva caracterizar o contexto sócio-histórico-cultural-econômico de territórios rurais localizados no sudoeste e nordeste paraenses. É parte integrante da tese doutorado, que metodologicamente se organiza a partir de estudos bibliográficos e pesquisa de campo. Se configurando por meio do método ver, julgar e agir, no qual apresenta a realidade, analisa esse contexto a luz dos conhecimentos construídos e, diante dos achados, encaminha-se para proposições para disseminação de debates, reflexões e produção de outras possibilidades.

**PALAVRAS -CHAVE:** Contexto; Territórios Rurais; Amazônia Paraense.

### INTRODUÇÃO:

O texto consiste em expor resultado de uma pesquisa de campo desenvolvida em territórios rurais das mesorregiões sudoeste e nordeste paraense com a finalidade de apresentar uma fração do contexto sócio-histórico-cultural-econômico do estado do Pará, que se desdobra pelas seguintes ideias: Amazônia paraense e sua configuração multiterritorial, com destaque para os territórios rurais das águas e da agricultura familiar; Os agricultores no processo de colonização paraense, Caminho de Canoa Pequena, Rio Espera ou Igarapé Miri; finalizando com as considerações finais.

Empregou-se a pesquisa bibliográfica e de campo, com ênfase para observação no qual se produziu diário de bordo com anotações sobre as conversas informais dos sujeitos destes territórios, realizou as entrevistas semiestruturadas com as devidas transcrições da participação do sujeito na pesquisa, seguido de registro fotográfico com as devidas autorizações.

Como resultado se constata que os camponeses da agricultura familiar e ribeirinhos guardam em sua memória retratos da história de suas vidas que interlaçam a de seus territórios e nesta labuta não é possível ignorar a realidade de exploração das comunidades tradicionais

camponesas vivenciados no pretérito, com continuidade no cenário atual. Identifica-se que seus conhecimentos e saberes garantem trabalho e renda se adicionam a um setor de míima visibilidade nos marcos econômicos da sociedade brasileira.

Quando, o que de fato acontece é que essa base econômica é eminentemente envolvida, em uma rede de inúmeras significações e, seus resultados não são maiores, devido à ausência de investimentos, de políticas públicas que ao invés de corroborar para crescimento de possibilidades socioeconômico, correspondem a um conjunto de precariedades vivenciados pelos sujeitos sociais dos territórios da agricultura familiar e das águas, como o que se processa nas argumentações que segue no decorrer do texto, desde o debate inicial sobre a configuração multiterritorial dos territórios das águas e da agricultura familiar.

### MATERIAL E MÉTODOS

Metodologicamente, o texto em tela se organiza a partir de estudos bibliográficos, pesquisa de campo na qual a observação da realidade, as entrevistas e o registro fotográfico foram fundamentais para a estruturação textual, que se configura por meio da abordagem qualitativa, ao empregar o método ver, julgar e agir, no qual apresenta a realidade, analisa esse contexto a luz dos conhecimentos construídos e, diante dos achados, encaminha-se para proposições para disseminação de debates, reflexões e produção de outras possibilidades.

A produção do conhecimento científico, de acordo com o pensamento de Minayo (2011), se constrói a partir de três importantes bases: a teoria, o método e as técnicas. A qualidade de uma análise depende da experiência e da capacidade de aprofundamento do pesquisador, que, com um jeito próprio, particular em lidar com esse universo, dá organicidade necessária ao estudo que desenvolve. A autora explica ainda que um dos elementos cruciais em uma pesquisa qualitativa é o entendimento de que a matéria-prima de uma pesquisa está nas unidades de um conjunto, que se caracteriza por reunir conteúdo da “experiência, vivência, senso comum e ação” (MINAYO, 2011, p. 2). Esses conteúdos mobilizam o estudo para três indicativos verbais, que, na versão da autora, movem o conhecimento de uma abordagem ou análise de dados de uma pesquisa: “compreender, interpretar e dialetizar” (MINAYO, 2011, p. 2).

### RESULTADOS E DISCUSSÃO



Os dados resultantes da pesquisa se dão por dois territórios. Um é o território das águas e outro, denominamos o da agricultura familiar.

### 1. Amazônia paraense e sua configuração multiterritorial, com destaque para os territórios rurais das águas e da agricultura familiar

Inicia-se este pensamento mostrando, por meio das figuras 01 e 02, exemplos da diversidade de representações territoriais da Amazônia paraense, em que se observa que um dos territórios se perfaz pelas águas e há aquele que prossegue pela estrada de chão. Essa fração da Amazônia, territorialmente diversificada, encontra-se, geograficamente, na Região Norte do país e na Amazônia Legal. O Pará é o segundo maior estado brasileiro, com uma biodiversidade natural composta por fauna, flora, recursos hídricos e minerais etc. O estado constitui-se em um cenário de interesses capitalistas, com fins econômicos e políticos em âmbito nacional e internacional, que visam a exploração da matéria-prima presente neste território.



Figura 01 – Contexto social ribeirinho



Figura 02 – Contexto social da agricultura familiar

Seus recursos hídricos, por exemplo, o colocam dentro de um conjunto de estados brasileiros pertencentes à maior bacia hidrográfica do planeta, que comporta grandes empreendimentos hidrelétricos do país, como a hidrelétrica de Tucuruí, que abrange o Rio Tocantins e Belo Monte

sob o rio Xingu; a hidrelétrica de São Luís do Tapajós, no rio Tapajós, em Santarém. “Esses rios realizam um papel fundamental na naveabilidade e na mobilidade da população, efetivando assim a interligação entre as áreas urbanas e comunidades que ali vivem” (FREIRE; LIMA; SILVA, 2018, p. 19). Estes estudos ainda revelam que, na Região Norte, encontra-se a maior fatia da floresta amazônica.

Na visão de Palheta e Neto (2018), o foco se direciona para dois setores conflitantes. Um são os territórios em que contemplam o agronegócio, que se expandiu no estado; e o outro que desperta cobiça são os territórios compostos por recursos minerais. Esses atraem investidores de todo planeta e, nestes territórios, os impactos sociais e econômicos destes setores afligem os sujeitos sociais amazônicos de comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, agricultores, ribeirinhos, além da biodiversidade de seus territórios.

O Pará possui uma diversidade sociocultural formada por uma população que habita os diversos espaços urbanos e rurais deste gigante território. Há os que habitam pequenas e médias cidades, a área metropolitana como sede de maior porte – a capital Belém do Pará e os espaços geográficos pertencentes ao zoneamento rural. Estes territórios, “em sua maioria, possuem poucas condições para atender às necessidades dessas populações, por apresentarem infraestrutura precária e não disporem de serviços essenciais, sobretudo, no meio rural” (HAGE; CARDOSO, 2013, p. 425).

Segundo informações de Luz et al. (2013), o estado do Pará encontra-se com 144 municípios distribuídos em mesorregiões e microrregiões. São seis as mesorregiões paraenses e estão organizadas em: Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste paraense, Sudeste paraense, Sudoeste paraense, como se observa no mapa a seguir.



Figura 03 – Mapa do estado do Pará, dividido em mesorregiões

Fonte: Mapa Geográfico. Disponível em:  
<http://www.baixarmapas.com.br/mapa-de-mesorregioes-do-pará/>. Acesso em: 13 ago. 2020.

A geografia paraense se configura como multiterritorial. A figura 03 caracteriza essa multiplicidade territorial, que se nota como se



representa a Amazônia paraense e justificam-se as informações anteriormente mencionadas sobre a organização territorial em mesorregiões. Acrescenta-se a essa referência que o IBGE (1990) dividiu os estados brasileiros não somente em mesorregiões, mas também em microrregiões. No caso do Pará, dividiu-se em vinte e duas microrregiões, quais sejam: Almeirim, Altamira, Arari, Belém, Bragantina, Cametá, Castanhal, Conceição do Araguaia, Furos de Breves, Guamá, Itaituba, Marabá, Óbidos, Paragominas, Parauapebas, Portel, Redenção, Salgado, Santarém, São Félix do Xingu, Tomé-Açu e Tucuruí, em que se encontram diversos municípios do estado.

Essa exposição territorial se justifica não somente para conhecer a organização territorial do Pará, mas também para compreender o itinerário de busca de conhecimento desenvolvido para realização da pesquisa que se dá nas mesorregiões do Nordeste e Sudoeste paraenses, no contexto das microrregiões de Altamira e de Cametá, em que se encontram os municípios de Pacajá, Anapu e Igarapé Miri, como principais focos desta discussão.

Observa-se, na microrregião de Altamira, a inserção de Pacajá e Anapu. Essas localidades surgem às margens da Rodovia Transamazônica como resultado do processo de colonização da Amazônia, gestado na década de 1970 por Emílio Garrastazu Médici. Conforme Souza (2015), o projeto de Médici era integrar a Amazônia de leste a oeste com a construção de uma grande rodovia para atravessar o país e propiciar migração de nordestinos, sulistas e outros para ocupar a região.

Para construção da Rodovia Transamazônica (BR 230), foram devastadas áreas enormes de terras, destruindo a fauna e a flora. A biodiversidade da fauna, flora e os recursos hídricos sofrem as consequências do processo não somente por conta das construções da rodovia, mas com o povoamento destes territórios. Primeiro porque as terras da Amazônia foram entregues não somente aos pequenos agricultores, mas às grandes empresas que passam a explorar a madeira, os recursos hídricos, minerais, a mão de obra barata etc. Para Souza (2015, p. 2), as “árvores centenárias caem para abertura de uma gigantesca estrada, enquanto operários trabalham intensamente e agricultores chegam com suas famílias entre sonhos, esperanças e temores”.

Não houve uma política consolidada e segura de reforma agrária. Desse modo, os pobres migrantes do Nordeste vieram em busca de terra para trabalhar e dela tirar o sustento, contudo, a produção de uma lavoura não se dá de uma hora para outra. Nesse sentido, as famílias precisavam se alimentar todos os dias, ter condições de cuidar da saúde e da terra, uma situação nada fácil para um cenário sem tais condições. As dificuldades são

enormes para os que se encontram residindo na Transamazônica; a situação mais gritante se encontra (antes e agora) para os que residem nas vicinais. Esses encontram dificuldades para vender ou comprar produtos e para se locomover em direção a um vilarejo, pior, para se dirigir a um centro urbano, pois as cidades mais próximas, para quem se encontrava no perímetro entre Pacajá e Anapu, no período de 1970 a 1988, eram Altamira ou Tucuruí. No inverno amazônico, a Rodovia Transamazônica ficava com inúmeros atoleiros e as ladeiras existentes no percurso, dificultando o acesso dos transportes rodoviários à cidade.

## 1.2. Os agricultores no processo de colonização paraense

Os agricultores da década de 1980 que residiam no perímetro entre Pacajá e Anapu – que, especificamente, naquele tempo, eram duas vilas –, no inverno amazônico, passavam entre dois e três dias de viagem pela estrada, para chegar, por exemplo, à cidade de Altamira. Os deslocamentos entre lugares eram difíceis para os que moravam nas margens da rodovia, pior se fazia para os que viviam dentro das vicinais. Destaca Souza (2006) que os primeiros colonos de 1971 que ocuparam os lotes de terra doados pelo INCRA, hoje, são minorias. As dificuldades fizeram muitos desistirem, de tal maneira que são poucos os que se mantêm no território há mais de quarenta anos.

Dispõem-se as dificuldades causadas pela ausência das estradas pavimentadas e de condução para transitar do campo para a cidade. Em relação às longas distâncias em que se encontravam fora das margens da rodovia Transamazônica, uns dependiam da COBAL para adquirir produtos necessários à alimentação, até que seus roçados pudesse liberá-los dessa dependência, muitos estavam extremamente endividados. Os camponeses não sabem como conseguiram resistir às dificuldades ao adentrar em uma terra para povoar e ocupar por incentivo governamental, com inúmeras falhas frente à política de assentamento e reforma agrária.

O problema com as estradas de vicinais se intensifica no período das chuvas amazônicas por não ser incluído, nesse processo, a pavimentação dessas áreas. Isso dificultava a comercialização dos produtos dos camponeses, mesmo nos locais com os espaços armazenamento da produção. Nem mesmo a BR 230 recebia apoio necessário do governo federal, que, por mais de 40 anos, encontrava-se sem qualquer pavimentação na maior parte do contexto de abrangência do território da Amazônia paraense. Toda essa conjuntura é reflexo da ocupação da floresta que se estabelece também via Transamazônica.

Muitos camponeses espalhados no Brasil que viviam em situação de vulnerabilidade social



são incentivados a migrarem para Amazônia paraense; dentre os quais, destacam-se os nordestinos, como política do governo militar. Na tese de Pantoja (2018), notam-se as evidências de um discurso governista, que, a princípio, parecia ser de perspectivas, mas, na realidade, não passa de uma falácia ilusória, presente no discurso de Médici proferido em Recife, como uma justificativa do seu feito na Amazônia.

A ideia de acelerar o desenvolvimento econômico brasileiro com o povoamento da Amazônia fez surgir, no Pará, Pacajá e Anapu, duas importantes agrovilas pertencentes à Portel, que, em um momento posterior, tornam-se dois municípios do Sudoeste paraense. Com isso, no final da década de 1980, Pacajá consegue a emancipação e Anapu se torna território de Pacajá. Anos depois, Anapu também é elevado à categoria de município e, de acordo com as informações contidas na biblioteca do IBGE (2020, p. 1) a respeito de Anapu, constata-se que “a localidade foi elevada à categoria de Município e Distrito com a denominação de Anapu, pela Lei Estadual nº 5.929, de 28 de dezembro de 1995, desmembrado dos municípios de Pacajá e senador José Porfírio, sendo instalado em 01 de janeiro de 1997”.

A elevação destas localidades à categoria de município altera a vida das pessoas, mas não as suas condições econômicas e sociais. A população do campo continua a trafegar por longas distâncias em estradas precarizadas e, embora os camponeses produzam muitos alimentos, continuam, após 50 anos de colonização da Transamazônica, com muitos desafios para escoar seus produtos para as vilas ou centros urbanos, ou para estipular o preço de seus produtos etc.

As dificuldades de renda se refletem, em parte, no estilo de vida dos camponeses, e em bens essenciais, como a moradia, por exemplo. Há residências de madeira e de alvenaria com piso de barro batido ou cimento, com cobertura de telhas de barro ou brasilit, enquanto outras são construções de taipo, cobertas de palha ou pedaços de madeira, denominados de cavaco, feitos pelos camponeses. As residências poderiam ser um espaço melhor, mas nem sempre a renda familiar possibilita o acesso a uma estrutura digna. Averiguou-se, assim, aspecto dessa realidade social, como demonstram as figuras 04 e 05.



Figura 04 – Residência de madeira, cobertas com telhas de barro.

telha brasili. Fonte: Cedida por professoras de uma das escolas (2020).



Figura 05 – Residência de madeira, coberta com telha de barro. Fonte: Cedida por professoras de uma das escolas (2020).

A estrutura física das residências camponesas demarca explicitamente que não se trata de um bem-sucedido latifundiário e, sim, de um simples agricultor. As moradias apresentam, claramente, os reflexos da exploração de um coletivo que compõe uma fração da classe trabalhadora na labuta da terra há anos, sem a legalização dos territórios por parte do Governo Federal. No entanto, estes sujeitos permanecem resistindo e se reinventando constantemente com criatividade na terra, como se constata na estrutura de residências de madeira, com formatos e cores diferentes.

O território de ocupação por ausência de reforma agrária compreende um dos territórios da pesquisa e se encontra na divisa dos municípios de Pacajá e Anapu. Anapu é um município que se localiza a menos de 100 km da hidrelétrica de Belo Monte, um grande empreendimento que se instala na região para explorar os recursos hídricos do território, com ínfimo retorno para as populações tradicionais da Amazônia Paraense.

No período das observações de campo, construíam o linhão que leva a energia desta hidrelétrica para fora do estado. Naquele momento, funcionários de uma empresa faziam esse trabalho na localidade, ocasionando tensos conflitos por conta das estradas, por estes danificadas para o serviço de instalação do linhão.

O fato causou mobilização dos camponeses, que provocam paralização dos serviços para negociações de melhoramento das ladeiras. Essa é a realidade de muitos agricultores: vivem com a ausência de inúmeras políticas e o pouco que conseguem fazer em benefício do coletivo, ainda aparece uns para danificar. Em linhas gerais, esse é o território no qual se destacam o campo da agricultura familiar, que, de muitos modos, interliga-se ao cenário histórico de outros camponeses que vivem na mesorregião do Nordeste paraense.

Os agricultores e os ribeirinhos, de alguma forma, estudam o seu ambiente através da



observação e, às vezes, de experimentos. Com isso, intrometem noções parecidas com uns cientistas gabaritados em estudos neste campo do conhecimento, pois os agricultores pesquisam o seu território, fazem observação da natureza, e com ou sem escolaridade, passam a conhecer sobre a fertilidade do solo, descobrem o tempo de preparar a terra para plantar, o arroz, feijão, milho, macaxeira, a lavoura permanente.

E ainda conhecem o tempo de capinar e, assim, cuidar da plantação, o tempo de colher os frutos da produção para usufruir os benefícios de seu trabalho para alimentação ou comercialização de seus produtos. Eles levantam hipóteses sobre a safra com confirmação ou negação dos resultados previstos. Muitos se orientam a partir dos astros chamados lua, sol e o fenômeno das chuvas, elaborando, assim, um calendário agrícola mental. (PINHEIRO; BORGES, 2020).

Do mesmo modo, os ribeirinhos, que observam frequentemente seus territórios, conhecem a temporalidade das águas, da floresta e da terra, conhecem a vida presente nas águas, os tipos de peixes, por exemplo, onde vivem as espécies, os locais onde fazem a reprodução e sabem quanto tempo uma espécie leva para crescer e estar própria para alimentação humana, sem agredir a natureza. Além disso, eles sabem produzir os instrumentos de captura do pescado. (MORAES, 2017).

Assim, seguem com as experiências que se voltam para a extração dos produtos da floresta ou com o cultivo da terra nas ilhas, a criação dos animais etc. Os ribeirinhos vivem daquilo que plantam ou extraem da natureza. No entanto, tais saberes e conhecimentos advêm não de um processo de educação escolarizada, mas das experiências de educação popular que continuam influenciando no aprendizado infanto juvenil, seja na família, onde os pais ensinam questões elementares de conhecimentos necessários à vida, seja nas rodas de conversas, nos encontros promovidos pelas associações, cooperativas ou outros movimentos sociais dos quais os camponeses participam, ou de outros espaços não escolares em que o conhecimento é pauta principal de diálogo dos agricultores e dos ribeirinhos.

Os camponeses interligam-se uns aos outros por diversas formas. Uma característica de interligação são os conhecimentos e saberes culturais próprios de cada povo e de seus territórios. Esse repertório de um grupo social permite que seus membros se relacionem entre si e com outros grupos na sociedade. Com isso, diferentes camponeses enriquecem a cultura dos que agregam essa categoria social e a sociedade brasileira como um todo. Desse modo, os conhecimentos e saberes dos que compõem a agricultura familiar são diferentes dos povos indígenas, dos quilombolas e

dos ribeirinhos etc. Fica isso mais evidente quando se observa a imagem de representação do território ribeirinho, como se registra na figura 06.

Ao observar a imagem abaixo, nota-se que se trata de uma outra realidade social em contraste. A ocupação das margens dos rios por diferentes sujeitos sociais deu origem às populações ribeirinhas, que se caracterizam por uma cultura que lhe é própria. Muitos destes povos têm residências fixas e constituem o cenário do Nordeste paraense.



Figura 06 – Amazônia ribeirinha. Fonte: Amazônia Real. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/licao-do-livro-de-ouro-da-amazonia/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

O Nordeste paraense se constitui como uma das mesorregiões mais antigas do estado. Nela, inicia-se a colonização da Amazônia, é o que disserta Cordeiro, Arbage e Schwartz (2017). A colonização paraense se dá neste momento histórico com a exploração dos recursos da fauna e da flora para criação da rodovia Belém-Brasileira, como um dos eixos principais de povoação territorial originado pelo Programa Nacional de Integração da Amazônia, em expansão a partir de 1958. (MOREIRA, 2003). Essa mesorregião, atualmente, subdivide-se como microrregião de **Cametá**, composta pelos municípios de: Abaetetuba, Baião, Cametá, **Igarapé-Miri**, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará.

Igarapé-Miri é um nome de origem tupi, que traz como significação “caminho de canoa pequena”, ou seja, surge da unificação de *yvara* (canoas), *pé* (caminho) e *mirim* (pequeno). A ligação das referidas palavras forma um homônimo, que, na língua portuguesa, consiste na denominação de um rio paraense que atravessa na época um vilarejo, onde tempos depois se designa um dos municípios do estado do Pará. (NASCIMENTO, 2017).

### 1.3 Caminho de Canoa Pequena, Rio Espera ou Igarapé Miri

Caminho de Canoa Pequena, Rio Espera ou Igarapé Miri são atribuições dadas ao nome de um rio pequeno, que se torna referência nos marcos históricos locais e pode ser visto tanto no site da



prefeitura de Igarapé-Miri, que retrata a originalidade dos fatos escritos por historiadores, como se faz presente nas expressões narradas pela cultura popular, na voz de uma liderança da comunidade, que enfaticamente exprime:

Houve um tempo, que nesse nosso rio, só passava canoa pequena. Isso está nos registros da história do município contada por historiadores. Isso dificultava a passagem de embarcações grandes. Um tempo, os escravos cavaram o rio por ordem de um patrão para que se pudesse passar os barcos grandes. Porque aqui, sempre foi um corredor de passageiros de barcos, vindos de muitos lugares, do Amazonas, Macapá, que passa aqui para Belém. Aí, chamaram este rio, também, de Rio Espera. Porque quando as embarcações chegavam na entrada do rio e, a maré estava seca, tinham que esperar a maré encher para os viajantes continuarem a viagem. Assim se chega ao nome, rio Igarapé Miri, dado ao município. Agora tudo está mudado. (JOSIMO, entrevista, jan. 2020).

Ao analisar o conteúdo da mensagem expressa pela liderança da comunidade, identifica-se como se dão as mudanças de nomes de um rio, até que se chegue ao atual nome dado não somente ao rio, mas ao município como um todo. Desse modo, a atribuição nominal dada ao rio Igarapé Miri, em um momento histórico posterior, tornou-se uma denominação inferida da abrangência municipal. Com isso, mais do que averiguação de atribuições nominais, a narrativa do participante da pesquisa emite conhecimento de mundo exposto por uma liderança ribeirinha acerca do rio que impedia a passagem de embarcações de maior porte. A expressão “agora tudo está mudado” não é somente o complemento de uma frase, mas representa “um olhar de quem percebe, e sofre com as mudanças naturais e as decorrentes das transformações humanas” (PINHEIRO; BORGES, 2020, p. 561).

As evidências informam datas, nomes dos idealizadores das escavações do rio, que tinha um canal fechado pela vegetação. Na largura, dava apenas para passar uma canoa pequena – canoa, aqui, pode se referir às canoas a vela, período em que havia parcas ou nenhuma embarcação motorizada, como se observa no contexto atual, das embarcações que trafegam o rio. Nota-se que os dados contidos no site não deixam claro a origem das fontes, mas revelam como se procedem os acontecimentos que levam para transformação da

natureza hídrica, desde meados do século XVIII, ocasionando alterações no fluxo natural do rio.

Frente às transformações ocasionadas pelo homem, o rio Igarapé-Miri sobrevive às mudanças históricas e ambientais provocadas pela natureza e pelos seres humanos por séculos. O rio como lugar abriga povos diversos às margens direita e esquerda, de modo que, atualmente, existem residências, comércios, igrejas, escolas com construções de madeira e de alvenaria. A locomoção das pessoas se dá através de algum tipo de transporte fluvial. O rio funciona como se fosse uma extensão da casa – o quintal –, pois, nele, pescam peixes diversos, camarão para alimentação, circulam pessoas, mercadorias, produções ribeirinhas etc.

Quanto à vegetação, mais do que uma representação da beleza ribeirinha, ela agrupa sentido e significado à cultura que se utiliza destes para produção de utensílios de uso doméstico e para colheita da produção dos frutos da terra – com a produção de paneiros, peneira, cacuri, tipiti, abano, balaio, matapi etc. Destina-se para uso da alimentação através de plantas frutíferas, tais como: cacau, banana, abacaxi e, especialmente, o açaí, usados para garantir alimentação e renda.

Muitas palavras utilizadas são referenciais substanciais da cultura ribeirinha e caracterizam expressões de saberes e conhecimentos próprios deste ambiente. Eles criam e recriam formas de comunicação que expressam sintonia com a realidade em que vivem, trabalham e se relacionam. Para Vygotski (2005, p. 150), “[...] uma palavra sem significado é um som vazio; o significado portanto, é um critério da ‘palavra’, seu componente indispensável”. Cada expressão representa uma coisa, um objeto que transpassa uma representação de mundo. Conforme Freire (2006), a palavra como reflexo da linguagem resulta da apropriação desta para se comunicar e emitir saberes e conhecimentos de uma cultura.

A capacidade humana de refletir sobre si e suas atividades o faz perceber sujeitos sociais no mundo e com o mundo. Um mundo que se constitui de águas, terra e floresta em seu entrono. Um mundo rodeado por águas do rio, por onde passam transportes barulhentos, cercado por matas, bichos etc. Um mundo formado por gente, gente que guarda, na memória, retratos de sua história. Histórias de vida, narradas a partir das experiências e vivências no território. Nele, constroem-se os saberes variados das cores, do cheiro que invade o ser humano, “seja pelos órgãos dos sentidos ou por outras capacidades perceptivas daqueles que vivem, trabalham e sentem a Amazônia como um pedacinho de si mesmo” (PINHEIRO; BORGES, 2020, p. 562). Nessa perspectiva, afirma-se, em concordância com Almeida (2010), que o Pará



compõe um mundo onde se concentram inúmeras Amazôncias.

Nestas Amazôncias, registra-se a presença humana de quem produz cultura, história, política, educação e uma economia local, que se entrelaçam com as dos municípios, estados, das regiões e do mundo. Isso porque vivemos em um mundo em que tudo que nele existe e se relaciona de alguma forma, não pode ser diferente com a cultura camponesa.

Os discursos foram emitidos por sujeitos pertencentes ao território da agricultura familiar e ao contexto social ribeirinho. No conteúdo dessas ideias, identifica-se que os trabalhadores narram sobre o que fazem em seus territórios, dentre os quais, aparecem: o plantio de diversos produtos, como mandioca, cacau, arroz, açaí e outros. Ademais, eles falam da labuta diária na terra para garantir o sustento de sua família e contribuir para que mais alimentos cheguem à mesa do povo brasileiro; porém, lamentavelmente, notam que o resultado de seu trabalho não é valorizado, pois são esquecidos mediante as políticas de direito, e, na maioria dos casos, quem define o preço de seus produtos são aqueles que compram. Isso é provocado pela exploração econômica ocasionada pelo barateamento de seus produtos, além de viverem em uma situação social crítica devido à ausência de importantes políticas públicas.

Os camponeses, como sujeitos sociais, inserem-se em diferentes territórios rurais do Brasil e a principal característica de sua produção é a agricultura familiar. (FERNANDES, 2017). Essa é uma atividade camponesa tanto dos agricultores quanto dos ribeirinhos. Isso é evidente nas expressões expostas por camponeses da área da agricultura familiar, bem como pelos camponeses residentes às margens das águas de rios paraenses. Observam-se, assim, grupos diferentes de camponeses; cada um, em suas especificidades de vida, trabalho e produção. Eles vivenciam desafios diferentes na comercialização de seus produtos, que incorporam a prática da agricultura e a prática do direito.

A prática do direito, em sua maioria, está relacionada ao abandono de um conjunto de políticas públicas que foram garantidas na Constituição de 1988 para o povo brasileiro, que, raramente, chegam aos seus territórios. Em sua maioria, quando conseguem a materialização de uma política, ocorre de forma precarizada, ou a ausência de direitos essenciais impulsiona os sujeitos sociais do campo, em seus diferentes territórios, a se organizarem em movimentos sociais e populares, a fim de exigirem melhores investimentos de políticas para seus espaços.

O fato se explica porque, por meio das organizações políticas, os sujeitos sociais integrantes destes territórios, que, de alguma forma,

participam das lutas, formam-se através delas. O pensamento corrobora a ideia de “que o próprio movimento social é educativo, forma novos valores, nova cultura, provoca processos em que desde à criança ao adulto, novos seres humanos vão se constituindo” (ARROYO, 1999, p. 17).

Duarte Junior (2008, p. 22) descreve “que o mundo é o que pode ser dito. O mundo, é um conjunto ordenado de tudo aquilo que tem nome. As coisas existem para mim, através da denominação que lhes empresto”. Assim, pode-se dizer que os camponeses têm o seu mundo. Nele, nominaram as coisas, os objetos, seus produtos e construíram as narrativas locais. No entanto, suas narrativas foram por muito tempo silenciadas, estereotipadas, e ainda são, quando se identificam, no contexto atual destes territórios, situações de abandono infraestrutural no campo das políticas públicas, em diferentes setores, quais sejam: saúde, educação, pavimentação e conservação de estradas para melhorar a escoação da produção, energia elétrica, água potável, instalações sanitárias, dentre outros.

Nesse sentido, suas vozes se fazem ecoar como expressões de reconhecimento de um território marcado por uma biodiversidade natural, que precisa ser repensado enquanto espaço de vida e trabalho com culturas diversas, às vezes com pluralidades linguísticas (os povos indígenas), de populações tradicionais, um contexto marcado por uma riqueza de vocabulários que representam a vida e a cultura de um povo. O território contempla diferentes sujeitos que vivem da labuta do campo, mas manifestam sua maneira de pensar, de construir conhecimentos e tecnologias para garantir a vida, a continuidade de seus territórios e enfrentar manifestações de disputas e conflitos com as ideologias da classe dominante, que se apropriam dos territórios para grandes investimentos capitalistas. As narrativas dos camponeses situados na Amazônia paraense revelam que seus territórios estiveram na agenda do esquecimento das políticas públicas, uma vez que ou esse atendimento é tardio ou, quando essas atividades governamentais são implementadas, em parte, são precarizadas.

Argumenta Duarte Junior (2008, p. 26): “nossa percepção de mundo é fundamentalmente derivada da linguagem que empregamos. E esta linguagem está dialeticamente ligada as condições materiais da nossa existência”. Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido* (1987), corrobora o pensamento de Marx quando defende que a sociedade na qual vivemos se constitui por uma sociedade capitalista, que se organiza por duas instâncias, grupos ou classes sociais; a burguesa e os trabalhadores. Os debates e estudos de diversos teóricos trazem a afirmação de que a burguesia pertence ao grupo dominante da sociedade por deter os meios de produção ou as maiores e melhores



Municípios	Pacajá	Anapu	Igarapé Miri
<b>Área</b>	11880,03 km <sup>2</sup>	11950,04 km <sup>2</sup>	1822,15 km <sup>2</sup>
<b>População total - Censo 2010</b>	39.979 hab.	20.543 hab.	58.077 hab.
<b>População urbana – 2010</b>	13.752	9.840	26.209
<b>População rural – 2010</b>	26.300	10.653	31.814
<b>IDHM 2010</b>	0,515	0,548	0,547
<b>Faixa do IDHM</b>	Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599)		
<b>Microrregião</b>	Altamira	Altamira	Cametá
<b>Mesorregião</b>	Sudoeste do Pará	Sudoeste do Pará	Nordeste Paraense
<b>Ano de Instalação</b>	1989	1997	1930

condições de investimentos financeiros, tornam-se detentores do poder, manipuladores de uma ordem que determina a vida da classe trabalhadora de antes e de agora.

Na tese, destaca-se o reconhecimento dos aportes de configuração histórica associada à relação de aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais. Porém, não se pode perder de vista o horizonte que privilegia a capacidade de escuta, das vozes silenciadas, das palavras expressas pelos sujeitos sociais do campo. O entendimento nos permite visualizar “o que torna o homem humano é, básica e decisivamente, a palavra, a linguagem” (DUARTE JUNIOR, 2008, p. 18), como elementos fundamentais para formação de uma consciência de si, no mundo com o mundo e com os outros.

A consciência de si se permite visualizar não pela ótica individualista do eu no mundo, mas do eu com os outros no mundo. Isso propicia olhar o mundo destes municípios para compreender como se encontra o universo destes territórios em aspectos que possibilitam entender a situação da população, conforme representa os dados do quadro 01.

#### Quadro 01 – Situação socio populacional dos municípios de Pacajá, Anapu e Igarapé Miri

Fonte: Organizado pela autora a partir de referenciais expostos no Atlas de Desenvolvimento do Brasil (2010).

Os municípios de Pacajá, Anapu e Igarapé Miri foram instalados em períodos anuais diferentes. Desse modo, observa-se que Igarapé Miri, situado no nordeste paraense, é mais antigo do que os demais que se localizam no sudoeste do estado. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2010), a área territorial é variante, pois os 11880,03 km<sup>2</sup> pertencem a Pacajá, 11950,04 km<sup>2</sup> são de Anapu e 1822,15 km<sup>2</sup> são de Igarapé Miri. Quanto ao perfil populacional, Pacajá conta com uma população de 39.979 habitantes, Anapu de 20.543 e Igarapé Miri de 58.077, que, ao subdividir entre população urbana e rural, identifica-se que Pacajá detém 13.752 na área urbana, enquanto nas áreas rurais constavam 26.300 habitantes. Já Anapu possui uma população de 9.840 habitantes no meio urbana e 10.653, no espaço rural; enquanto Igarapé Miri contém 26.209 habitantes no meio urbano e 31.814, no ambiente rural.

Os dados censitários do referido período revelam que um percentual de 34% da população de Pacajá compunha o coletivo da população urbana e 66% da área rural. Anapu agrupa 48% da população urbana e o equivalente a 52% no contexto rural. Desse modo, Igarapé Miri apresenta 45% de seus habitantes residindo na área urbana e o correspondente a 55% no espaço rural. Com tais representações numéricas, constata-se, pelos dados obtidos, que o quantitativo populacional mais elevado se localiza nos territórios rurais dos municípios mencionados.

No que se referem às informações sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Pacajá aparece com 0,515, Anapu com 0,548 e Igarapé Miri com 0,547. As faixas proporcionais a estes valores demonstram que estes municípios se encontram em um quadro de desenvolvimento humano baixo. Conforme elucidações do Atlas (2010), os fatores de referência para avaliar o IDHM de um município são: longevidade, seguida da renda e do índice educacional. A discussão revela que os territórios das águas e da agricultura familiar, embora tenham obtido um crescimento no IDHM, não têm sido suficientes para elevar a qualidade de vida da população dos municípios, particularmente, das populações camponeses, como se apresenta a constituição histórico-sociocultural específica dos territórios das águas e da agricultura familiar.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS:



A partir dos achados da pesquisa, se observa o contexto socio-histórico-cultural e econômico de territórios camponeses da Amazônia paraense mergulhada em narrativas históricas de ocupação da floresta para alavancar as dominações capitalistas que se endereçam pelas matrizes do agro e hidronegócio. Os camponeses que vivem as margens das rodovias, nas estradas de vicinais ou que transitam pelas margens dos rios e florestas desta vasta Amazonia paraense são largados a sorte.

Uma situação claramente visível, se apresenta no debate dos autores que referenciam o estudo, surge nos resultados da observação do diário de campo no qual se afirma o pensamento dos camponeses quanto a historicidade de saberes e conhecimento para garantir trabalho e renda e fazer circular a economia deste país. Se registra estes fatores nas imagens fotográficas, com exposição concreta do cenário destes territórios que demostram precariedade das estradas, situação de moradia e do quadro organizado a partir dos elementos específicos dos três municípios, extraídos do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil (2010), que expõem os dados estatísticos da realidade socio populacional dos municípios de Pacajá, Anapu e Igarapé Miri, no qual se percebe um alto nível de pobreza da população dos referidos espaços geográficos paraenses.

Constata-se que os camponeses da agricultura familiar e ribeirinhos conservam em sua memória marcos importantes de uma história que não se encontram nos livros escritos, mas a história de suas vidas, de suas lutas e organizações e, de muitos modos se intercalam a vida humana e da natureza em seus territórios. Desse modo, a exploração capitalista que parece imperceptível se manifesta continuamente na realidade camponesa no cenário atua, com a precarização das políticas públicas, quando o produtor não determina o valor daquilo que ele produz, com a ausência de reforma agrária, dentre outras questões em que agrada os capitalistas e desagrada, causa desacordos a vida e trabalho dos camponeses.

Nota-se que seus conhecimentos e saberes adquiridos pela relação com vida do território garantem trabalho e renda numa economia que minimiza uma experiência que se unificam a diversidade cultural dos povos destes espaços sociais, envolvendo-os numa rede de significações relevantes e complexas no qual os resultados de sua produção não tem alcançado um patamar mais elevado em virtude da ausência de assistência técnica e de políticas públicas para os povos do campo. O governo ao invés de corroborar para crescimento mais abrangente de possibilidades socioeconômico dos camponeses, atua num sistema que permite a negligência e a precarização da vida nos territórios das águas e da agricultura familiar,

como o denota as análises e reflexões realizadas no presente estudo.

## REFERENCIAS:

- CORDEIRO, Iracema Maria Castro Coimbra; ARBAGE, Marcelo José Cunha; SCHWARTZ, Gustavo. **Nordeste do Pará:** configuração atual e aspectos identitários. [2016 ou 2017]. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/162428/1/Livro-Nordeste-1.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.
- FREIRE, Luciana Martins; LIMA, Joselito Santiago de; SILVA, Edson Vicente da. Belo Monte: fatos e impactos envolvidos na implantação da usina hidrelétrica na região Amazônica Paraense. **Soc. Nat.**, Uberlândia, MG, v. 30, n. 3, p. 18-41, set./dez. 2018. ISSN 1982-4513.
- HAGE, Salomão Antônio Mufarrej; CARDOSO, Maria Barbara da Costa. Educação do Campo na Amazônia: Interfaces com a Educação Quilombola. Revista Retratos da Escola, Brasília, v.7, n.13, p. 425-438, jul./dez. 2013. Disponível em <http://www.esforce.org.br>.
- IBGE. **Conheça as cidades e estados do Brasil.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/pesquisa/13/5908?tipo=ranking&indicador=77887>. Acesso em: 03 mar. 2020.
- LUZ, Luziane Mesquita et al. **Atlas Geográfico Escolar do Estado do Pará.** 1. ed. Belém: GAPTA/UFPA, 2013. 64 p.
- MENESES, Fernando Dominicense. **Enunciados sobre o futuro:** ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”. 2007. 155 f. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade de Brasília. Brasília, 2007.
- MORAES, Sergio Cardoso de. **Uma arqueologia dos saberes da pesca:** Amazônia e Nordeste. Belém: EDUFPA, 2017.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano – o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- NASCIMENTO, Sônia Viana do. **Igarapé-Miri:** A passagem da escravidão ao trabalho livre, numa região de engenhos (Grão-Pará: 1843-1888). Dissertação. 2017. 11 f. (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém 2017.
- PALHETA, João Marcio; NETO, Adolfo da Costa Oliveira. Por uma outra territorialização na Amazônia Paraense. **Revista NERA Presidente Prudente**, ano 21, n. 42, Dossiê/2018, p. 354-372. ISSN: 1806-6755.



PANTOJA, Wallace Wagner Rodrigues. **Transamazônica:** geocartografia da (in) existência entrelugares. 2018. 451 f. Tese (Doutor em Geografia). Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

VYGOTSKY, Lev. S. **Pensamento e linguagem.** Tradução Jeferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Afonso, 2005.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira. Reflexão sobre currículo nos anos finais do ensino fundamental em uma escola do campo ribeirinho na Amazônia paraense. **Revista Humanidades e Inovação**, v.7, n. 16, 2020.

RABELLO, Antônio Cláudio; FERREIRA, Leonardo Felizardo. (Re)colonizando o sudoeste da Amazônia - Corumbiara/RO (1975-2005). In: **Anais de ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Londrina, 2005.

SOUZA, Ana Paula S. **O Desenvolvimento socioambiental na Transamazônica:** a trajetória

de um discurso e muitas vozes. 2006, 140 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável), Universidade Federal do Pará; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental, Belém, 2006. Souza, César Martins de. MORTE, SAÚDE E DITADURA NA CONSTRUÇÃO DA TRANSAMAZÔNICA. **Tempos Históricos**, vol. 19. 2º Semestre de 2015. p. 65-91. 1983-1463 (versão eletrônica).